



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*O medo das águas:
Um estudo sobre a construção da Barragem Eng^o Armando
Ribeiro Gonçalves e seus efeitos na cidade do Assu*

JOSÉ RIBAMAR CESARINO DA NÓBREGA

Professor Orientador: Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

NATAL/RN
2005

JOSÉ RIBAMAR CESARINO DA NÓBREGA

***O medo das águas:
Um estudo sobre a construção da Barragem Eng^o Armando
Ribeiro Gonçalves e seus efeitos na cidade do Assu***

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II (DEH0046), do curso de História Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, para fins de obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História.

Natal-RN
2005

JOSÉ RIBAMAR CESARINO DA NÓBREGA

***O medo das águas:
Um estudo sobre a construção da Barragem Eng^o Armando
Ribeiro Gonçalves e seus efeitos na cidade do Assu***

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II (DEH0046), do curso de História Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, para fins de obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História.

Aprovado em _____ de dezembro de 2005.

Nota: _____.

BANCA EXAMINADORA

Natal/RN
2005

À minha Esposa, meus pais professores e amigos

Com todo o meu carinho e apreço.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que faço nesse momento de felicidade e alegria serão direcionados a pessoas que foram de fundamental importância para o sucesso deste trabalho.

Em primeiro lugar a Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo e a Virgem Maria por terem me iluminado e guiado meus passos por essa vereda do conhecimento científico.

Em segundo a minha esposa e companheira Janeide da Cunha Cavalcante Nóbrega, por ter-me incentivado a reingressar nesta instituição de ensino universitário, porque com a sua persistência, pude conhecer um ambiente acadêmico que fomentou ainda mais o meu interesse pelas humanidades, em especial, pelo Curso de História.

Em terceiro lugar, à minha genitora Luzia da Silva Cesarino da Nóbrega, que não tendo oportunidade de continuar seus estudos incentivou-me, acreditando eu ser um espelho para a concretização do seu desejo.

Em quarto lugar, aos meus irmãos, meus sogro e sogra, meus amigos, meus colegas professores do Colégio Ação, por terem acreditado no meu objetivo, na minha meta e no meu sonho de conclusão de curso.

Finalmente, agradeço aos meus queridos e estimados professores Hélder Viana, Aurinete Girão, Raimundo Arrais, Roberto Airon, Wicliffe Costa e, em especial, Raimundo Nonato Araújo da Rocha, pela relutância e crença na minha pesquisa.

Agradeço, sinceramente, a todos.

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BANDERN – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte

BANORTE – Banco Nacional do Norte

BRADESCO – Banco de Desenvolvimento Econômico do Brasil

CEF – Caixa Econômica Federal

CERVAL – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Vale do Assu Ltda.

COHAB – Companhia Habitacional do Estado do Rio Grande do Norte

COMIRGA – Comissão Especial de Projetos de Irrigação do Estado do Rio G. do Norte

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

FETARN – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte

FRUNORTE – Frutas do Nordeste Ltda

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

IPE – Instituto de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Norte

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Social

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UERN (!)

Não cita

Não cita

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – A construção da barragem.....	13
CAPÍTULO 2 – O medo das águas da Barragam.....	24
CAPÍTULO 3 – A barragem muda o município de Assu.....	33
CONCLUSÃO.....	41
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	43
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Objetivo deste trabalho é analisar as atitudes coletivas na população de Assu, com relação à possibilidade da cidade ser inundada pelas águas da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, nas décadas iniciais dos anos 80. De que forma o pânico se instalou – em certa medida – nos moradores assuenses com relação aos deslizamentos ocorridos na barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves nesse período. Investigar atitudes de desconfiança por parte dos assuenses em relação à obra, em face às notícias de falhas técnicas da barragem.

A observação sobre como a imprensa do Rio Grande do Norte e do Brasil noticiou as etapas do projeto da barragem Armando Ribeiro Gonçalves – desde a construção e os projetos acerca de suas águas –, levou a diversas opiniões daqueles que viam o progresso da região se confrontarem as idéias sobre uma possível tragédia para a população assuense.

A partir do início dos anos 1980, a população do município de Assu, passou a conviver com o medo da cidade ser “engolida” pelas águas da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves.

Toda a região do *Vale do Assu*¹, que enfrenta problemas – há séculos –, com o regime das secas, também, conhece a força das águas do rio Piranhas–Açu nos períodos invernosos. Antes da construção da Barragem toda essa situação social foi discutida por cronistas do Estado por ocasião das grandes enchentes do rio, aos moradores tanto de Assu como de outras cidades às suas margens.

¹ Por *Vale do Assu* compreende-se toda a bacia que margeia o rio Assu. Nesse Vale se localizam dez municípios do Rio Grande do Norte: Jucurutu, São Rafael, Itajá, Ipanguassu, Assu, Carnaubais, Alto Rodrigues, Pendências e Macau.

Diante do problema das grandes enchentes do rio Açu, podemos constatar que desde as décadas iniciais do século XX, os governos Federal e Estadual vêm estudando a possibilidade de represar águas desse rio, evitando que as mesmas inundassem povoados e cidades às suas margens.

A perenização das águas do rio Açu – construção da barragem – veio se concretizar no final da década de 1970. As justificativas e as finalidades da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves não só eram evitar que as águas do rio Açu inundassem várzeas e cidades. As águas da represa serviriam para atender ao projeto Baixo Assu, nas seguintes metas: criar um sistema de irrigação para atender as populações da região, como suporte de desenvolvimento agropecuário na região; abastecer as populações humanas e animais; construir um suporte para o desenvolver a atividade pesqueira; criar um pólo de desenvolvimento turístico e aquático na represa.

Analisando o que já foi investigado acerca da construção dessa barragem, podemos observar que os estudos realizados apresentam aspectos, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Os dados existentes sobre as atitudes da população e a repercussão sobre as mentalidades dessa sociedade, acerca dos acidentes ocorridos na parede da barragem nos anos 1980, não foram pesquisados com profundidade. O que se preocupavam eram em explicar transtornos materiais para as populações ribeirinhas do Piranhas-Açu.

As razões que justificam este trabalho dizem respeito ao pânico instalado na população assuense, pois se temia que barragem pudesse arrombar e inundar a cidade, em função das falhas técnicas na sua parede. O que utilizaremos nessa pesquisa a partir de fontes históricas, é sobre conhecimento que a população assuense tinha do projeto de

construção da represa e dos acidentes na sua estrutura, através das notícias veiculadas nos jornais principais jornais do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil.²

Do ponto de vista teórico este trabalho irá se utilizar, sobretudo, três autores: Peter Burke, Michel Volvelle Jean Delumeau: Peter Burke será importante para compreendermos as mentalidades que povoam o imaginário das populações. Para o autor é a partir do imaginário que surge “[...]a função de justificar alguma instituição no presente e, desse modo, manter sua existência[...]”³; Michel Volvelle, analisando o conceito usado por Robert Mandrou dizia que os novos estudos historiográficos das mentalidades pontuavam “[...]uma história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes[...]”.⁴ O interesse em analisar o medo desses acontecimentos na cidade de Assu é a influencia que a historiografia das mentalidades traz para uma nova atitude. Como Michel Volvelle defende de lidar com complexas áreas do conhecimento histórico; Jean Delumeau denota em seus estudos que dentre as paixões humanas o medo recebe uma importância menor a ser verificada. Na sua obra *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, um cidade sitiada* percebe-se o medo como algo essencial à natureza humana, observando suas limitações nas atitudes de um indivíduo ou de uma coletividade. O medo, segundo ele, pode “[...]paralisar indivíduos e coletividade[...]”⁵. Os medos coletivos observados em Delumeau, como o caso vivido nas sociedades feudais em período de transição – fome, epidemias, pestes – mesmo que distintos, revela algo semelhante com o medo visto na sociedade assuense.

Diante das vários aspectos analisados sobre as repercussões que a Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, o medo que as populações sentiam – e as

² Os jornais a serem pesquisados são os seguintes: Tribuna do Norte, Diário de Natal, O Poti, A República, Gazeta do Oeste e o Jornal do Brasil.

³ BURKE, Peter. *História e teoria social*. p. 141-142

⁴ VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. p. 16

⁵ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. p. 11-37

mentalidades geradas por esse medo – convida a questionamentos mais detalhados. Daí ser importante ressaltar que a sua construção gerou um ambiente de medo e intranqüilidade na cidade do Assu, a partir dos acidentes ocorridos nos anos iniciais da década de 1980.

Os debates acerca da construção da represa fizeram surgir na população assuense um ingrediente preocupante para a realização da obra. Existia na sociedade o temor de que a barragem viesse arrombar, quando o seu reservatório tivesse com a capacidade total de armazenamento de água de 2,4 bilhões de m³, devido ao suposto de material inadequado na edificação da barragem. As denúncias publicadas nos jornais do Estado tinham um papel fundamental na opinião pública da cidade a esse respeito.

Este enfoque buscará conhecer as atitudes de medo da sociedade assuense, com o risco dos acidentes da barragem virem a inundar a cidade. Os elementos que podem dar explicação a esse fenômeno, ora psicológico, ora real serão estudados para reconstituir a forma como as notícias acerca da construção e dos acidentes envolvendo a represa chegavam aos moradores da cidade. Como as notícias eram veiculadas, nos jornais, pelo órgão técnico fiscalizador da obra (DNOCS)? Que consistência essas noticiais, criavam mentalidade de medo na população assuense?

Outra análise a ser feita será, sobre posicionamento em relação ao pânico sentido pela população assuense com os acidentes envolvendo a barragem e a atitude tomada pelos moradores da cidade quanto aos depoimentos dos órgãos técnicos responsáveis pela construção da represa, autoridades municipais e estaduais e cidadãos.

Aqui estudamos um vasto material pesquisado pela Professora Tereza de Queiroz Aranha, que durante o desenrolar da construção da barragem verificou questões ligadas aos impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais da obra. Seus estudos

02
02

foi meio
entre os
02

indicam a existência de uma insegurança sentida pelas populações das cidades que estão localizadas no perímetro da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.⁶

Acrescenta-se os jornais da época com reportagens que “denunciam” sobre a segurança da represa. Técnicos na área de construção civil dão suas explicações dos órgãos ao público leitor que os acidentes envolvendo a represa não comprometiam a segurança da obra. Mas, também, algumas opiniões contrárias à forma como o projeto era executado noticiavam nesses mesmos meios midiáticos, as falhas. Para os órgãos do governo (exemplo do DNOCS), havia um distanciamento daqueles que denunciavam as falhas do projeto, com os órgãos oficiais que estavam fiscalizando as causas dos acidentes ocorridos no ano de 1981, na parede da barragem.

Nessas notícias há também, vários elementos componentes do medo das águas da barragem que se correspondem com as lendas existentes entre os cidadãos assuenses. As notícias veiculadas afirmavam que a cidade de Açú iria “se transformar em cama de baleia”, com o arrombamento da represa. Isso aconteceria “num ano impar da década de 80”.⁷

Cabe ressaltar o fato de que os jornais pesquisados permitirão ver o ponto de vista de pessoas ligadas a vários segmentos sociais e dos governos Federal e Estadual e Municipal da época. Pouco se vê sobre a opinião dos moradores simples da cidade, na imprensa escrita, apesar de existirem alguns depoimentos.

Os relatórios técnicos, pesquisas e jornais da época mostram que a obra teve conseqüências nas atitudes coletivas de medo da população assuense. A construção desse é o que este trabalho sugere fazer.

⁶ As pesquisas foram realizadas no NUT-Seca (Núcleo Temático da Seca), que guardam um acervo de documentos da professora Tereza de Queiroz Aranha.

⁷ Tribuna do Norte, Natal 17 fevereiro 1983.

O trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo trataremos dos antecedentes das histórias das secas que envolvem a região do semi-árido nordestina e os propósitos dos governos brasileiros por sanar o problema das secas, em especial no Vale do Assu que é o objeto de estudo desse trabalho; no segundo capítulo, demonstraremos como o medo se instalou na sociedade assuense. Como surgiu. Como esse medo era reforçado. Como a população se comportava em relação às enchentes do rio Açu antes da construção da barragem. Como a população se comportou com a construção da represa, durante e depois de sua conclusão; no terceiro capítulo iremos tratar das alterações que envolveram a geografia e a demografia do município do Assu, em função de todo o projeto da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves geradoras de atitudes coletivas da sociedade assuense.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

Desde tempos remotos o problema da falta d'água tem afetado a população habitante do semi-árido nordestino. Essa constatação está presente em relatos e estudos, de naturezas das mais diversas, realizados por Viajantes, cronistas, memorialistas, jornalistas, historiadores. Esse tema tornou-se uma questão de ordem política, social e econômica, que desde a segunda metade do século XX, tem levado governos Estaduais e Federais a construírem “grandes, médias e pequenas barragens nos mais volumosos rios e riachos na região da seca”.⁸

A definição dessa região – produção do Nordeste –, o seu “nascimento”, fez-se através de um processo imagético-discursivo. “[...]A identidade nacional ou regional é uma construção mental[...]”⁹. O regionalismo que surge nas primeiras décadas do século XX, trás “[...] mudanças substanciais no campo econômico[...] como a industrialização, a urbanização, a imigração, o fim da escravidão [...], do Centro-Sul, distinguido-a do restante do Brasil – especialmente São Paulo.¹⁰ Portanto, “a região Nordeste que surge na paisagem imaginária do país[...]” dá lugar a antiga divisão regional brasileira que existia entre as regiões Norte e Sul. constrói-se “[...] na saudade e na tradição[...]” .¹¹

⁸ ROSADO, Vinght-un, ROSADO, América, *12º livro das secas*. 1985, p. 94

⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana: Sao Paulo: Cortez, 1999. Cap. I. p. 40.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

É uma nova região. Sustenta-se no discurso da tradição nostálgica. Forma-se de um todo político-cultural. Reage a perdas, econômicas e políticas sofridas para o eixo Centro-Sul. Cria-se em função da produção do açúcar, do algodão, do comércio e da classe intelectual decaírem na região.¹²

Exemplo do eco desse discurso dá-se a partir da seca dos anos de 1877-79. A grande seca ocorrida, que repercutiu nacionalmente, irá atingir a todos os níveis sociais e econômicos, fazendo com que recursos imperiais fossem destinados aos vitimados do fenômeno. O próprio termo “Nordeste” nasce da necessidade de se indicar “[..]a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas [IFOCS], criada em 1919[...],” já na República Velha.¹³

Inserida no semi-árido nordestino a região do Vale do Assu tem convívio com o regime das secas, mas, também, conhece a força das águas do rio Açu nos períodos invernosos.

Antes da construção da Barragem toda essa situação social foi discutida por cronistas do Estado. O rio Açu “não avisava a ninguém sua passagem” por ocasião das grandes enchentes, estendendo “[...] seus malefícios intempestivos [...]”¹⁴ aos moradores tanto de Assu, como de outras cidades às suas margens. Assim, constatava-se que, em grandes períodos invernosos, a população assuense “[...]via a água crescer em volume, de hora em hora, invadindo ruas, casas e cercados, faminta de leite e de vidas[...]”¹⁵.

Diante do problema das grandes enchentes do rio Açu, a partir das primeiras décadas do século XX, vários estudos foram realizados no Vale do Assu, por órgãos

¹² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 40.

¹³ Ibid.

¹⁴ MELO, Manuel Rodrigues de. *Várzea do Açu: paisagens tipos e costumes do Vale do Açu*. p. 95

¹⁵ MONTENEGRO, Maria Eugenia Maceira. *Lembranças e tradições do Açu*. p. 152

governamentais em busca de soluções visando a domar as águas desse rio, evitando-se que as mesmas inundassem povoados e cidades às suas margens.¹⁶

A Sudene, por exemplo, em 1968, ao apresentar o *Plano Diretor Para o Desenvolvimento do Nordeste IV*, explicitou a necessidade da construção de uma barragem no Vale do Açu. Segundo o documento, essa barragem teria uma dupla finalidade: Conter as enchentes provocadas pelo rio Açu, e irrigar o Vale com as águas da represa.¹⁷

Durante todo o regime militar (1964-1985) os estudos que definiam a localização das represas eram de responsabilidade do DNOCS. Naquele período, os projetos desse órgão ensejavam “aliviar” os problemas causados, não só em períodos de seca, mas, também de grandes enchentes no semi-árido nordestino, no caso específico do Vale do Assu.

Foram os pesquisadores do DNOCS, nas décadas 1960 e 1970, que definiram a localização de uma represa na microrregião do Vale do Assu. Para esses pesquisadores, o local ideal seria Oiticica. Os estudos mostravam que em Oiticica o rio Açu adequava-se a todas as normas técnicas físico-geológicas exigidas para a construção de um reservatório.

Seria então, o rio Piranhas-Açu, que nasce na Serra do Bongá, no Estado da Paraíba, represado no Rio Grande do Norte, e sua vazão [sangria] pela construção da barragem, continuaria seu curso até desaguar no oceano atlântico nas imediações do município de Macau. (Anexo 1: Mapa)

¹⁶ FERNANDES, Ana Amélia. Autoritarismo e resistência no Baixo Açu. p 48.

¹⁷ Ibid.

Foi do próprio DNOCS, a sugestão de se mudar o nome do projeto da Barragem de Oiticica II – já que o projeto consistia em um único reservatório –, para o do falecido engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, funcionário deste órgão, visto ter sido este, o responsável pelos estudos que definiram o local adequado para o represamento das águas do Piranhas-Açu.¹⁸

A perenização das águas do rio Açu – construção da barragem – veio se concretizar no final da década de 1970. As justificativas e as finalidades da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves não só eram evitar que as águas do rio Açu inundassem várzeas e cidades, às suas margens. As águas da represa serviriam para atender ao projeto Baixo Assu visando atingir várias metas. Com uma capacidade de acumulação de 2,4 bilhões de m³, o grande lago que se formaria com suas águas, abasteceria cidades e áreas rurais. (Anexo 2: foto 1 e 2)

Segundo a professora Tereza Aranha, o projeto de utilização das águas da barragem apresentava os seguintes propósitos: criar um sistema de irrigação para atender as populações do Baixo Assu, como baluarte de desenvolvimento agropecuário na região; abastecer as populações humanas e animais; construir um suporte para o desenvolver a atividade pesqueira; criar um pólo de desenvolvimento turístico e aquático na represa.¹⁹

Em 1978, o Governo Federal (representado pelo Ministério do Interior) e Governo Estadual (representado pela COMIRGA), publicaram notas nos jornais locais convidando autoridades civis, militares e o público interessado a presenciar a assinatura

¹⁸ DNOCS, Comissão de fiscalização dos Estudos de viabilidade Técnico-Econômica do Baio Açu - COMIRGA.

¹⁹ ARANHA, Teresa de Queiroz. Repercussões do Projeto Baixo Açu na Economia do RN, Natal, UFRN (Conferencia e Debate) mimeografado, 1983.

do contrato, a ser firmado entre o DNOCS e a Construtora Andrade Gutierrez S/A, visando a construção da barragem no rio Açu.²⁰

A Construtora Andrade Gutierrez tinha sido a empreiteira vencedora da concorrência para realizar as obras. Seis meses após a assinatura do contrato, o Governo do Estado emitiu a ordem de serviço para o início da obra.

O orçamento para tal empreitada – segundo o que a imprensa publicava –, representou aos cofres públicos o valor de Cr\$ 58.180.000,00 (cinquenta e oito milhões, cento e oitenta mil cruzeiros). Os recursos iniciais da obra na ordem de Cr\$ 10 milhões já eram disponibilizados e, em meados de 1979, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves tinha seu começo.²¹

Os estudos em torno dessa barragem se fechavam em torno de aspectos de políticas econômicas e sociais. Os transtornos psicológicos não eram verificados na comprovação e necessidade de se construir a represa. Todavia, a professora Terezinha de Queiroz Aranha, estudando os impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais da obra, já indicavam alguns poucos elementos, da existência de uma insegurança sentida pelas populações das cidades localizadas no perímetro da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.²²

No início da década de 1970, o projeto envolvendo a construção de uma barragem no Vale do Assu passou a ser assunto dos mais controvertidos por causa das diversas opiniões sobre a finalidade social e econômica que este projeto traria para a região.

²⁰ Tribuna do Norte 14 de dezembro de 1978.

²¹ Jornal A REPÚBLICA, 2 de junho de 197.

²² ARANHA, Teresa de Queiroz. Repercussões do Projeto Baixo Açu na Economia do RN, Natal, UFRN (Conferencia e Debate) mimeografado, 1983.

Em 1979, teve início a construção da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, mas é importante ressaltar que a sua construção gerou um ambiente de medo e intranqüilidade na cidade do Assu, a partir dos acidentes ocorridos no final dos anos 1981.²³

Anos mais tarde, mesmo tendo a represa estada concluída, a professora Tereza Aranha afirmava num seminário realizado no Centro Regional de Ensino Superior de Macau – UFRN, que o próprio reservatório “[...] não se integra à vida da população[...], pelo clima de insegurança social da população, agravado pela divulgação de notícias relativas a falta de segurança física da obra[...].”²⁴

Do ponto dos transtornos causados em torno do medo das águas da represa, existiam interesses antagônicos da classe política, tanto nos âmbitos federal, estadual e municipal. Para a cúpula do poder federal, durante os 15 últimos anos do Regime Militar o “milagre brasileiro” daria o tom para a recuperação econômica do país liderado pelo Ministério da Fazenda Delfim Netto.

Nota-se, em especial, o interesse pelo desenvolvimento da Unidade Federativa norte-riograndense com medidas visava dotar de infra-estrutura a economia potiguar. Podemos destacar a visita feita pelo então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici vindo em abril de 1971 “[...] ao Rio Grande do Norte inaugurar trecho da BR-304, que ligava Natal a Fortaleza[...].”²⁵

Constata-se que havia o interesse do então presidente Médici de integrar todas as regiões do país, em especial as regiões Norte e Nordeste, em nome da

²³ ARANHA, Teresa de Queiroz. Repercussões do Projeto Baixo Açú na Economia do RN, Natal, UFRN (Conferencia e Debate) mimeografado, 1983..

²⁴ Ibid.

²⁵ MARIZ, Marlene da Silva. História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934-1990)/ Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna. CDF Gráfica e Editora; Natal/RN, p. 109.

“segurança nacional”. As levadas migratórias que o “espectro” da seca expulsavam os nordestinos para a região sudeste, o que gerava demandas sociais graves para o governo federal. Em relação às atividades agrícolas os projetos criados dinamizariam as regiões em destaque, e migrações das regiões do semi-árido nordestino se voltariam para o Norte dos pais, como também, instituir meios de desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste. Assim o Governo Federal via na construção de grandes represas poder atender, em especial, questões políticas de caráter sociais e econômicos.²⁶

Na esfera estadual, os governos que se sucederam, especialmente, nas décadas de construção da barragem, estavam em consonância com o Governo Federal, já que por este eram indicados e nomeados. O governo de José Cortez Pereira de Araújo apoiava-se na teoria “[...] de que o Rio Grande do Norte não podia continuar submetido à condição de produtor de matérias-primas, vulnerável ao fenômeno das secas periódicas[...]”. Essa linha de trabalho não foi priorizada na administração estadual do seu sucessor Tarcísio de Vasconcelos Maia.²⁷

Somente em 1979, no governo Lavoisier Maia Sobrinho, foi iniciada a construção da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves.²⁸ Todavia, sua inauguração ocorreu no dia 20 de maio 1983, quando já era governador do Estado José Agripino Maia. Estiveram presentes à solenidade o presidente Figueiredo, o Ministro do Interior Mário Andreazza, o governador José Agripino – todos pedecistas – além de muitas outras autoridade regionais e locais.

A eleição de José Agripino, em 1982, estava inserida num processo “lento, gradual e seguro” de transição da democracia para o autoritarismo.

²⁶ www.fundacaogetuliovargas.com.br/cpdoc

²⁷ MARIZ, Marlene da Silva. História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934-1990)/ Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna. CDF Gráfica e Editora; Natal/RN, p. 109-110.

²⁸ Ibid.

Como governador, Agripino esteve presente à inauguração da obra com o presidente Figueiredo e o Ministro do Interior Mário Andreazza. Ao longo do seu governo, Agripino sempre defendeu a Barragem do Assu e por diversas vezes diversas vezes garantiu a população da região a impossibilidade de riscos com a barragem.

Estava ele ciente, da importância dessa obra ficando claro no seu governo um projeto de destaque na área do desenvolvimento agrícola do Baixo Assu. O projeto para o homem do campo, Terra Verde, “procurava minimizar o risco da atividade agrícola na região semi-árida” do Estado e o Vilarejo visando “promover as pequenas comunidades rurais de infra-estrutura capaz de reduzir o fenômeno migratório do campo para a cidade”.²⁹

Na esfera municipal, em especial de Assu, as autoridades governamentais ligadas ao grupo político situacionista do Estado – ARENA e posterior PDS, vislumbravam o fomentar o desenvolvimento da cidade. Na gestão do prefeito Sebastião Alves, a cidade já vislumbrava – mesmo de forma incipiente – transformações - geográficas e demográficas, o que traria um aquecimento na economia do município. Isso em função do fomento que a construção da represa vinha trazendo para a sede municipal.

O sucessor de Sebastião Alves, Ronaldo da Fonseca Soares, via que o desenvolvimento do Assu “passava” pelas águas da represa. Ronaldo, que várias vezes visitou os arremates da obra – acompanhado por técnicos da prefeitura -, se interessava nas repercussões econômicas e sociais que os benefícios da represa trariam para a cidade do Assu. (Anexo 3: A REPÚBLICA, Natal, 1, mar. 1983)

²⁹ MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande Do Norte Contemporâneo (1934-1990)* / Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna. Natal(RN) : CDF Gráfica e Editora, 2001.p. 108-114.

A multidão ali posta presenciou o discurso de Andrezza que enfatizou – apelo propagandista –, a ação governo naqueles anos para com os problemas do semi-árido, em especial do Vale do Assu. Agripino pedia união de todos para um melhor futuro da região. Quanto ao presidente que descerrava a placa comemorativa da obra, não se testemunhou o uso da palavra em nenhum instante. “Simplicidade”, marcava assim a presença do governo Federal, numa obra grandiosa, para qual tantos governos passados, buscaram alcançar.³⁰

A inauguração da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves, teve repercussão em acordo a sua grandiosidade. Jornais do Estado do Rio Grande do Norte e do resto do país noticiavam a empreitada “faraônica”. Em destaque nacional o Jornal do Brasil intitulava a obra como o “Novo mar do Nordeste”.³¹

Na imprensa escrita do Estado, aqueles que enxergavam apenas aspectos positivos destacavam: “Enfim, inaugurada a salvação do vale”³²; “Multidão aplaude Figueiredo na inauguração da barragem”³³ “[...]a maior benção, o melhor presente que a região do Açu poderia ter recebido [...]”³⁴.

A classe política otimista à obra não poupava elogios, vendo a crer todos os benefícios possíveis para a região. A irrigação na região desenvolveria as atividades agropecuárias, o que gerariam milhares de empregos e evitaria o êxodo rural. Soma-se a este otimismo o sonho político de incrementar novas técnicas agropecuárias que levassem a região a se transformar num “celeiro” nordestino para atender o mercado regional, nacional e internacional, com as instituições.

³⁰ Diário de Natal, 21 de maio de 1983.

³¹ Jornal do Brasil, 26 de maio de 1983.

³² Semanário Dois Pontos, 20 a 26 de maio de 1983.

³³ Jornal A REPÚBLICA, 21 de maio de 1983

³⁴ Jornal Gazeta do Oeste, 11 de julho de 1984.

Entretanto, antes mesmo da obra concluída, constata-se a insatisfação de diversos setores políticos, eclesiásticos e entidades civis, em função da construção e da segurança da represa para os moradores da cidade.

No âmbito Estadual, oposicionistas viam a construção da represa como um projeto político do governo militar em beneficiar empreiteiras apadrinhadas do Planalto Central e mobilizar forças no projeto das “*Diretas-já*”.³⁵

A cúpula da Igreja no Estado denunciava as condições das populações ribeirinhas e acusavam a represa de levar fome e aflição a essas pessoas.³⁶ O pároco de Assu, Francisco Canindé se juntava a essa voz do corpo eclesiástico para denunciar as irregularidades da obra. Os sermões do pároco serviam para expressar a indignação pelas perturbações causadas aos munícipes assuenses.

Algumas entidades civis se manifestavam contra a represa pelos males causados as populações que tinham que abandonar seus lares por terem sido atingidas pelas águas da barragem. A Fetarn denunciava os transtornos da obra a esses trabalhadores que sofriam com os deslocamentos para outras regiões e as baixas indenizações recebidas pela perda das suas terras.³⁷

A população assuense contava no Poder Legislativo local, uma voz oposta à barragem. Trata-se do vereador da cidade Adalto Legítimo Barbosa, do PDS que via falhas na construção da obra e que essas poderiam gerar uma catástrofe que culminaria na cidade ser “engolida”, pelas águas da represa. Havia deste a comparação com o município de São Rafael [antigo], inundada pelas águas da represa e que precisou deslocar sua população para uma nova cidade construída, de mesmo nome.

³⁵ Tribuna do Norte, 12 de fevereiro de 1984.

³⁶ Tribuna do Norte, 09 de novembro de 1984.

³⁷ Diário de Natal, 28 de novembro de 1985.

O vereador denunciava através de registros fotográficos deslizamentos da parede no maciço central – a chamada “falha de Pataxós”. Essas falhas geológicas, do local de construção da represa e da sua parede eram noticiadas em registros fotográficos nos jornais da época. O vereador fazia duras críticas, e não hesitava em afirmar um desastre maior para a cidade e o Vale, vindo a crer que (o Vale) do Assu já sofria com as águas da barragem. Numa entrevista dada ao jornal Tribuna do Norte de 12 de dezembro de 1984 dizia que “[...] só assim poderemos salvar o povo do Vale, já que quanto ao Vale nada mais se pode fazer[...]”.³⁸ (Anexo 3: TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 2, 2 dez. 1984)

O pânico se fazia retumbar, quando a informação da insegurança da obra era dada na imprensa do Estado pelo senhor Paulo Joaquim da Silva, um ex-técnico da Hidroterra³⁹, encarregado pela fiscalização das obras na barragem. Na época afirmava aos jornais que a compactação da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves seria “[...] insuficiente, disse que a situação é tão crítica, que a menor chuva provoca a erosão na parede[...]”⁴⁰ e que a sua ex-empregadora, a Hidroterra, era responsável “[...]pela fraude de laudos técnicos [...]”.⁴¹

Em contrapartida, o coordenador da Comirga/DNOCS, Engenheiro Clóvis Gonçalves refutava o ex-técnico da Hidroterra, Joaquim da Silva, afirmando que a barragem não representava perigo algum para os moradores do Vale do Assu, mesmo confirmando a “falha de Pataxós”, devido esta falha estar a três quilômetros distante da represa.⁴² (Anexo 2: Foto 5)

³⁸ Tribuna do Norte, 12 de dezembro de 1984.

³⁹ A Hidroterra era uma empresa contratada pelo Dnocs para fiscalizar as obras da barragem.

⁴⁰ Tribuna do Norte, 24 de março de 1983.

⁴¹ Ibid

⁴² Diário de Natal, 03 de outubro de 1983.

CAPÍTULO 2

O MEDO DAS ÁGUAS DA BARRAGEM

As cidades localizadas no vale do Assu são privilegiadas por estarem situadas às margens de um belo rio. Todavia, durante muito tempo, nos períodos de enchente a beleza se transformava em desespero. Os jornais, a literatura local, os depoimentos dos moradores, descreveram esse paradoxal sentimento de beleza e desespero. Essa situação descreve a vida em Assu antes da construção da barragem.

Na porção central de Assu – região que fica no entorno da Praça Getúlio Vargas⁴³ – estão os prédios que se destacam na cidade: a Igreja Matriz de São João Batista, A Empresa de Correios e Telégrafos, o mercado público, o Cine-teatro Pedro Amorim. Entre esses prédios brotam várias residências. Nesse entorno segue-se várias ruas que ainda hoje abrigam casas comerciais, instituições públicas, bancos, escolas. (Anexo 2: Fotos 6 e 7)

Nos períodos de enchentes toda essa região central era atingida ou “ameaçadas” pelas inundações das enchentes do Rio. As ruas Bernardo Vieira, Minervindo Wanderley, Aureliano Lopo – também denominada de rua do Córrego – , São João, eram sempre visitadas pelas águas durante as enchentes.

Durante as enchentes já existiam um ritual: o rio, ultrapassando seu leito, misturava-se às construções, ao calçamento, aos móveis. As famílias sempre esperavam o retorno do todo poderoso a seu caminho habitual. Todavia, a apreensão na cidade permanecia até que as águas voltassem ao leito normal.

⁴³ Atualmente essa praça, por decreto do poder público municipal, passou a denominar-se de Praça São João Batista.

Assu, como qualquer outra cidade da região do Vale, não dispunha de um serviço de defesa pública. O que restava aos moradores era esperar as medidas dos poderes públicos e a solidariedade das suas famílias e cidadãos. Era esperar o envio de remédios, os alimentos, as roupas. Era esperar a boa vontade de quem estivesse disposto a amenizar o sofrimento das vítimas das enchentes.

1974, por exemplo, foi um ano marcante no que diz respeito às grandes enchentes. Naquele ano os batentes do – já extinto – Cine-teatro Pedro Amorim, na sua parte de lateral-posterior, além de muitas outras residências, foram lavados pelas águas do rio Assu. Esse edifício público localizava-se atrás da Igreja Matriz – em nível inferior. Construído no mesmo nível da Rua São João e frontal a Praça São João Batista, sua calçada era composta por um lance de batentes, à medida que seus fundos estendiam-se para a rua detrás: a Aureliano Lopo, uma das mais atingidas. (Anexo 2:

Foto 8)

Salientamos aqui, o fato de que a praça, a igreja, o cinema, ficarem sobrepostos, respectivamente, “levando” a cidade cada vez mais para dentro das várzeas do rio. A cidade tem guardadas essas imagens na lembrança dessas enchentes do rio Açú: seus danos, seus males, tudo aquilo que as águas castigavam. Daí compararmos os fatos com a idéia memorial de Jacques Le Goff. Segundo esse historiador, a memória pode “[...]como propriedade de conservar certas informações..., atualizar impressões ou informações do passado[...]”⁴⁴. (Anexo 2: Foto 9)

As discussões e a necessidade de se evitar o fenômeno das enchentes do Rio Açú estava centrada no projeto de construção da barragem, em especial, no

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Jacques Le Goff; Tradução Bernardo Leitão [et. al.]. 4ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996

componente, que transformava a cada invernada, as águas do rio em terrível “assombração” para os moradores da cidade de Assu.

No entanto, pairava em toda a cidade a falta de informação oficial, sobre a construção da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves. O próprio clero norte-riograndense via nessa falta de conhecimento descrença do povo em que o projeto vingasse. A Igreja Católica demonstrava que, os próprios técnicos da empresa ganhadora da obra – Andrade Gutierrez S/A –, apresentavam estudos das terras em que se encontram o reservatório, na época da construção, serem impróprias e inseguras para que o mesmo viesse a ser construído.⁴⁵

Em virtude dos acidentes ocorridos com o deslizamento, em um trecho da parede da barragem no ano de 1981, as notícias veiculadas nos jornais, mostravam a apreensão com o acidente ocorrido. O fato é que a população já tinha conhecimento, de que o desmoronamento na represa chegava a ser de 500 a 600 metros na extensão de sua parede, o que causava em todos um clima de muita inquietação e insegurança”.⁴⁶

(Anexo 2: Foto 3 e 4)

Esse acidente fazia com que setores da sociedade assuense se mobilizassem em defesa da cidade – como de outros municípios do Vale do Assu. Diante de tal episódio que tencionou os moradores da cidade, o vigário Francisco Canindé da Paróquia de São João Batista, iniciava um movimento com mais cinco paróquias de municípios alojados no perímetro da barragem, para que as autoridades repensáveis pela barragem viessem a esclarecer o acidente para a comunidade.⁴⁷

Podemos observar que o próprio projeto de construção da barragem, foi diversas vezes contestado pelos mais diversos seguimentos sociais do Vale do Assu –

⁴⁵ Relatório da XIX Reunião dos Bispos da Província Eclesiástica o RN, Mossoró, 04 abr. 1979.

⁴⁶ Diário de Natal, 31 dez. 1981.

⁴⁷ Ibid.

aqui incluso a própria imprensa da região e do estado do Rio Grande do Norte. O DNOCS, que na sua programação definia como 1975 o ano para o início das obras da represa, tinha o projeto adiado por três anos, perante forte reação da imprensa, das autoridades eclesiásticas e da população em geral.⁴⁸

As notícias tomavam a cidade de pânico. Os moradores não tinham a precisão das informações oficiais que viessem tranquilizá-los. A mobilização de todos por novas informações tornavam-se imprescindíveis para que a “normalidade” voltasse aos lares assuenses. Mas, as causas dos deslizamentos até meados do mês de dezembro de 1981, não eram passadas ao público, porque, tanto o DNOCS, quanto a Andrade Gutierrez S/A – segundo os jornais – responsável pela obra, não disponibilizavam de informações técnicas sobre o acidente ocorrido na parede da barragem.⁴⁹

O clima de ceticismo dos órgãos responsáveis pela represa fazia reviver entre os moradores da cidade de Assu, o espectro lendário mitológico de que a Igreja Matriz de São João Batista “[...]se transformaria em cama de baleia... num ano ímpar da década de 1980[...]⁵⁰ O termo “mito” para Peter Burke é bastante utilizado na historiografia. Segundo ele “[...] os historiadores por vezes utilizam esse termo para referir-se a histórias... não verídicas[...]⁵¹

A questão do projeto nos aspectos sociais e econômicos para o Vale, e, em especial, para a cidade de Assu já se faziam abrir um leque extenso de discussões. Agora, com o acidente ocorrido na parede da barragem, o elemento *medo*, ressonava na população, por esta não saber – mas que se imaginava – na tragédia que poderia acontecer se a barragem viesse a desabar.

⁴⁸ Diário de Natal, 17 dez 1981.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Tribuna do Norte, Natal, 17 de fev. 1983

⁵¹ BURKE. Peter. *História e teoria social*. p. 141-142

Passados dois anos, o DNOCS, através do chefe do Distrito Local, engenheiro Clóvis Gonçalves, dava explicações de que a obra era segura, havendo apenas, na verdade “[...]sensacionalismo em torno do assunto[...]”⁵². Principalmente das acusações feitas pelo ex-técnico da Hidroterra, o senhor Paulo Joaquim da Silva, já descritas no capítulo primeiro. Clóvis Gonçalves desdenhava das acusações do mencionado técnico, por achar que as mesmas seria um desagravo pela demissão do mesmo da Hidroterra.

Um ano após a inauguração da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves, o volume de água do seu reservatório já estava com um bilhão e sessenta milhões de metros cúbicos de água, isto é, mais da metade da capacidade do reservatório. Paralelamente, as notícias de que a cidade de São Rafael começava a ser tomada pelas águas da represa. Seus moradores começavam a abandonar as casas, indo para a nova São Rafael. No entanto, havia relutância em sair do lugar. Segundo os jornais “Uma família resiste e teima em lá ficar”⁵³.

As notícias que chegavam aos moradores de Assu, sobre a cidade “antiga” de São Rafael inundada pelas águas da barragem, preocupavam, em decorrência do que já havia se verificado, quando do acidente na parede da barragem em 1981.

Era notória a relação de uma cidade que desaparecia submersa no “mar” do Vale do Assu, como a mentalidade acerca de uma possível catástrofe envolvendo Assu. Apesar de que o projeto de construção da barragem informar que São Rafael iria desaparecer nas águas da represa, porque o volume de 2,4 bilhões de m³ se encobriria à cidade.

⁵² A REPÚBLICA, Natal, 28 jan. 1983.

⁵³ Diário de Natal, 24 abr. 1984

O que se pensava entre os moradores de Assu, em virtude da quantidade de água já acumulada no reservatório, e o volume de água que o mesmo ainda poderia aceitar, era de que sua parede viesse a ruir. O fato do acidente ocorrido e já mencionado, a desconfiança do material utilizado na construção da represa e as denúncias nos jornais completavam um panorama de temor coletivo no município assuense.

Na classe política o deputado estadual, Montenegro Neto, “filho” de Assu, demonstrava em discurso na Assembléia Legislativa do Estado, preocupação com vazamento na parede ocorrido no ano de 1983. O deputado que teria visitado a represa no local desse acidente conseguia ver a grande apreensão que tomava conta dos moradores do município do Vale do Assu. Juntava-se a eles outros parlamentares que temia pela represa. Willy Saldanha (PDS), tinha dúvidas pelo fato de a barragem não ser de cimento armado como o açude de Gargalheiras no município seridoense de Acari. Já Kleber Bezerra (PMDB), sugeria ao Poder Legislativo norte-riograndense, inquirir o DNOCS, exigindo explicações obre tal vazamento.⁵⁴ (Anexo 3: TRIBUNA DO NORTE, Natal, p.5, 9 out. 1983)

Na esfera municipal o vereador José Barbosa da Silva (PMDB), via controvérsias dos órgãos responsáveis pela construção da barragem. Segundo o mesmo um engenheiro da construção civil norte-americana alertava o DNOCS da inadequação do local para a construção da represa. Mostrava os diversos posicionamentos contrários, como no caso da Igreja e do partido que fazia oposição ao governo federal: o PMDB. O vereador temia pelo arrombamento da barragem, afirmando que “só Deus” poderia evitar tão grande tragédia.⁵⁵

⁵⁴ Tribuna do Norte, 09 out. 1983.

⁵⁵ Diário de Natal, 07 out. 1983.

Podemos notar nessa intranqüilidade na obra de Jean Delumeau, observando suas limitações nas atitudes, seja de indivíduos em particular, seja de coletividades. Os medos entre a obra desse historiador e esse que tem sido o nosso objeto de estudo se entrelaçam. Em Jean Delumeau, que pesquisou as sociedades feudais, num período de transição, entre os XIV e XVII – a fome, as epidemias, as pestes – encontram na sociedade assuense elementos semelhantes: ignorância, imaginário, superstição.⁵⁶

Outro aspecto que preocupava e já mencionado anteriormente, que vinha preocupando os moradores assuenses era a denominada “falha do Pataxós”, entre a ponte do rio Açú e a parede da barragem, mas que, na visão do DNOCS, na figura do engenheiro Clóvis Bezerra, não representava perigo para a estrutura da obra. (Anexo 3: DIÁRIO DE NATAL, Natal, p.3, 3 out. 1983)

No caso de um suposto vazamento, o engenheiro do DNOCS não reconhecia como verdade, afirmando sim, existir uma drenagem de uma quantidade pequena de água durante a colocação de um filtro no núcleo da parede que garantiria a não penetração de água no seu maciço. E caso houvesse infiltração – garantia o engenheiro Clovis Bezerra – o filtro jogaria esta água para a parte jusante do reservatório.⁵⁷

Havia colunistas de jornais que elogiava a grandiosidade da obra. Refutavam aqueles que eram contra o projeto. Acreditavam que, aqueles que tentavam se opor à represa especulavam, para conseguir proveitos capitais, a partir da situação social da “[...] ignorância e do medo do povo[...].”⁵⁸

No ano de 1985, a precipitação pluviométrica registrada na região da Barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves, faziam com que a lâmina d’água, que já

⁵⁶ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. p. 11-37

⁵⁷ Tribuna do Norte, 06 out. 1983.

⁵⁸ Gazeta do Oeste, 01 de jul. 1984.

banhava o segundo sangradouro⁵⁹. O problema fazia lembrar enchentes do Rio Açu, como a registrada no ano de 1974.⁶⁰

A estrutura da barragem – segundo informações técnicas do projeto –, diziam que o “dique fusível” da estrutura da represa seria acionado caso a cota de água do reservatório chegasse à marca de 57.70 de sua cota. Esse procedimento evitaria a inundação de todas as áreas do Baixo Açu – incluía-se aí a topografia da cidade de Açu, mencionada no início deste capítulo.⁶¹

Os jornais publicavam a “debandada” dos moradores dessa região. Na cidade a preocupação era futura. Os meses de maior precipitação pluviométrica na região do Vale do Assu, eram março e abril. Temia-se um inverno mais rigoroso, já que o que se registrava era apenas chuvas fortes no início desse ano. Essa migração para regiões mais altas – no caso assuense –, aparecia como medidas preventivas.⁶²

O DNOCS, e outros prédios públicos apresentavam-se – como noticiado –, sem estrutura para abrigar as pessoas que procuravam abrigo em áreas fora de risco de alagamento. O quadro preocupava as autoridades locais e estaduais, pelo risco da falta de alimentos, de remédios e de alojamento para os moradores que por ventura ficassem desabrigados.

José Agripino, governador do Estado na época, visitava a cidade de Ipanguassu, onde procuravam em meio a reuniões com prefeitos do Vale, solucionar a situação vivida evitando males maiores.⁶³ Os assuenses alegravam-se apenas em dias de

⁵⁹ A barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves é constituída de três sangradouros.

⁶⁰ A REPÚBLICA, 24 fev. 1985

⁶¹ A REPÚBLICA, 24 fev. 1985. *ibid.*

⁶² *Ibid*

⁶³ *Ibid.*

estiagem, pois “[...] havia uma esperança de que a barragem[...]” não acumulasse água suficiente para atingir o ponto Máximo de 5,7 metros da cota de sua sangria.⁶⁴

É nesse contexto topográfico da sede do município assuense. É nesse panorama de regime de grandes invernos que “castigam” o Vale do Assu. É nesse impasse sobre a segurança da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves, que a população do município de Assu irá se deparar nos anos 1970 e 1980.

O medo do rio em que a cidade margeia, vê suas águas correrem sem “governo” ávidas por “engolir” vidas e construções. O medo da represa que “controla” as enchentes do rio Açu, mas que, poderia não vir a suportar tão grande quantidade hídrica. O medo das superstições, acerca do imaginário popular de grandes tragédias. O medo da fome, da morte, da miséria, do flagelo. O medo do êxodo, da exclusão, da desesperança. Finalmente, O medo de que se repetisse em Assu o mesmo que aconteceu uma outra cidade do vale, São Rafael, que foi completamente submersa para dar vida ao mar da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves.

* O trabalho de Helder Fereira 1 pouco do Fogo.
 * Termina 1 para
 * Quando se aventura a trabalhar e abordar
 sem deixar tanta margem o tema
 Biogéografia
 histórica 1º capítulo
 serviu
 1º de uma mulher
 do CONATO.
 2º O trabalho está
 indo por aqui

⁶⁴ A REPÚBLICA, 24 fev. 1985.

Trabalho feito por Helder
 Problemas do contextualização do
 assunto sujeito social.

CAPÍTULO 3

A BARRAGEM MUDA O MUNICÍPIO DE ASSU

O medo de que as águas da barragem invadissem a cidade de Assu, foi gradativamente adormecendo. A idéia do progresso da cidade fixou outras prioridades no imaginário da população e o medo das águas ficou como lembrança de um passado. Essas mudanças na cidade podem ser observadas durante e após a construção da barragem.

A construção da barragem de Assu foi motivo de muita polêmica. Para muitos moradores de Assu, era um prenúncio de tragédia. Para outros, a barragem trazia progresso e desenvolvimento local. Os moradores, receosos com as águas, não tiveram suas previsões confirmadas. A destruição da cidade não aconteceu, pelo menos pela invasão das águas. Ocorreram alterações significativas na geografia da cidade, não em razão da força das águas, mas devido à ação do homem.

A construção da barragem trouxe uma grande quantidade de pessoas proveniente de várias regiões do Estado e do país, provocando um crescimento urbano para a sede do município. Assu se estendeu para novas áreas urbanas. No “calor dos acontecimentos” a população local buscava usufruir do “progresso”, mas ao mesmo tempo procurava garantir sua sobrevivência na cidade. Essas novas áreas buscaram os espaços mais altos da cidade, em lugares que as águas da barragem não pudessem atingir.

Os que se dirigiram para essas novas áreas urbanas desejavam um imóvel para acompanhar o progresso da cidade, mas procuraram um local seguro. De forma

idêntica o poder público construiu conjuntos habitacionais também em lugares seguros. O medo da barragem, em função de um possível acidente com a represa, continuava imperando nesse momento. Longe do risco e da possibilidade de ser “engolida” pelas águas, surgem outras áreas onde se fomenta o desenvolvimento urbano e social. Em um primeiro momento de expansão o medo ainda dirigia a ocupação urbana, mas essa expansão cresceu a idéia de medo ficou no passado.

A barragem foi inaugurada em 1983, mas o crescimento urbano do municipal ocorreu antes mesmo da conclusão da obra.

Concomitantemente a construção da barragem identifica-se uma série de mudanças. Tais modificações se fizeram presentes em razão da vinda de migrantes que chegaram à cidade para trabalhar na construção da obra. Esses migrantes instalaram-se em Assu e em muitos casos trouxeram suas famílias. Pode-se destacar entre as mudanças: a construção de dois conjuntos habitacionais; surgimento das “mansões; o aparecimento de uma emissora de rádio; o surgimento de hospital; o pólo ceramista; o crescimento do número de bancos; a construção de uma rede hoteleira; o crescimento do número de lojas comerciais; a implantação da UERN.

A *Construtora Andrade Gutierrez*, empresa vencedora da licitação pública para construir a barragem, instalou um centro administrativo para gerenciar a obra. A obra exigia uma mega estrutura, abarcando diferentes profissionais. O centro foi construído por trás do hospital da Fundação Sesp ao lado do Campo de Vaquejada São João Batista. O local era um dos pontos mais altos da cidade e apresentava uma ínfima urbanização. Essa instalação trouxe mudanças significativas na demografia da área da cidade, na medida em que atraiu um grande número de habitantes.

Com a Andrade Gutierrez a rede de hotelaria, restaurantes e pousadas cresceu e sofreu reformas para atender aos visitantes que chegam para realizar negócios no comércio ou mesmo, atender aqueles que trabalham direta ou indiretamente fornecendo serviços aos trabalhadores da Andrade Gutierrez S/A. São registrados vários desses estabelecimentos na cidade. Hotel Pousada Minha casa Fora de Casa, Restaurante do Walfredo, O Rei da Carne de Sol, Hotel do Rei, entre outros.

Dois conjuntos habitacionais foram construídos: o primeiro conjunto habitacional construído na cidade foi o *Janduís*. O conjunto foi construído pela COHAB/RN em 1981. Esse empreendimento foi erguido no prolongamento da principal via da cidade, a Avenida Senador João Câmara. O conjunto foi erguido no sentido Leste-Oeste. O conjunto foi construído na área mais alta da cidade, fora do risco de inundações.

Um outro conjunto foi criado, ainda na década de 1980, as margens da RN-016, que liga os municípios de Assu a Carnaubais. O conjunto habitacional financiado pelo IPE, localizou-se na parte oeste da cidade, um pouco antes do conjunto Janduís. Esse empreendimento habitacional facilitou, principalmente, aos funcionários públicos estaduais, dando-lhes a oportunidade do sonho da casa própria. Considerando, sobretudo, o aumento de funcionários públicos. A barragem ampliou o número de servidores do estado para garantir a manutenção da estrutura pública no município.

A área ao redor do conjunto do IPE se valorizou. Nessa área foram construídas as “mansões”, que começam a surgir ao redor desse conjunto, atendendo a classe abastada da cidade. Nesse período começam a aparecer casas novas com um padrão moderno, que diferia significativamente do padrão de existente na cidade.

No setor das comunicações, Assu irá receber a sua primeira emissora de rádio. A população da cidade assistiu a 12 de outubro de 1981, uma grande festa de inauguração da Rádio Princesa do Vale Ltda., do Dr. Milton Marques, da Paróquia de São João Batista e de outros acionistas minoritários. A inauguração que se deu na própria sede da rádio, na rua Otávio Amorim, ao lado do cemitério público de São João Batista⁶⁶.

O funcionamento da Rádio Princesa do Vale trouxe mudanças significativas sociais, econômicas e políticas, não só para o município de Assu. É bom lembrar que, essa mídia não só atenderá Assu, mas também todo o restante das cidades que compreendem o Vale e outras mais: Carnaubais, Alto do Rodrigues, Pendências, Macau, Afonso Bezerra, Pedro Avelino, Lajes, Angicos, São Rafael, Jucurutu, Paraú e Augusto Severo (Atual Campo Grande) – anterior a essa emissora, a população local sintonizava as ondas das rádios Rural e Libertadora de Mossoró.⁶⁷

Serão muitos os estabelecimentos comerciais que anunciaram em *jingles* propagandistas, as suas “marcas”. A população recorre a rádio, principalmente nos programas de utilidade pública: recados, reclamações ao poder público municipal, sobre questões de pavimentação e saneamento de ruas, saúde, entre Outros. A classe política se beneficia de programas como o *Momento*, que trata de vários temas, mas, enfatizando principalmente a política da região.

No setor educacional, Assu irá a contar com mais escolas municipais e estaduais. No ensino superior, ainda na década de 1980, Assu recebe um Campus, da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (UERN), que passa a funcionar com os cursos de Letras, Pedagogia, História e Economia, no período noturno. Esse fator gerou

⁶⁶ www.radiopricesadovale.com.br

⁶⁷ Ibid.

uma demanda de estudantes de todo o Vale – inclusive de assu – para essa instituição de ensino superior, que anteriormente se deslocava até Mossoró para executar seus estudos universitários.

A rede hospitalar da cidade foi ampliada com a chegada na década de 1980, da POLICLINICA de Assu, hospital da rede privada, que passou a funcionar na rua 16 de outubro, próximo á emissora de radio e ao cemitério público da cidade. Até então o município só contava com o Hospital Maternidade da Fundação Sesp – Atual Fundação Nacional de Saúde (FNS).

Outro setor importante que se verificava estar fomentando durante a construção da barragem, foi o bancário – sejam bancos públicos ou privados. Assu que antes contará apenas com o Banco do Brasil S/A, entre 1979 e 1982, 1983, passará a contar com mais instituições financeiras. É o caso do Bradesco S/A, da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB). Muitas dessas instituições terão linhas de créditos que atenderam o comércio, a indústria e a agropecuária do Assu e do restante do Vale.

Uma das atividades industriais que irá ganhar força na década de 1980 na cidade e em alguns municípios do Vale será cerâmica. O próprio município do Assu, que nesse setor industrial terá um produto de ótima qualidade – a telha e o tijolo –, atenderá a demanda habitacional, não só da sede do município, mas, além disso, outras regiões do estado potiguar. No final dessa mesma década Assu podia se contar com cerca de 70 cerâmicas no município, algumas delas margeando a BR-340, que liga Natal a Fortaleza.

O estabelecimento de todos esses setores, durante a década de 1980, deve ser encarado, especialmente, pelo fato de a construção da barragem trazer a dinâmica do

desenvolvimento social e econômico – aqui não se quer tratar de disparidades sociais, políticas e econômicas – mas o que podemos constatar é que o município assuense ganha uma “roupa nova”, a partir desse elemento: a barragem. Não que tenha sido em função exclusivamente da represa. Dizer que a sua construção não foi sentida em vários aspectos da conjuntura municipal, era negar a própria realidade.

Essas novas áreas urbanizadas da cidade vinham atender um novo contingente populacional. A população, já na década de 1970, apresentava redução na taxa de mortalidade e apresentava um crescimento vegetativo do Estado⁶⁸. Em Assu, se verificava que o município apresentava índices de crescimento demográfico. Em senso realizado pelo Instituto de Estatística Geográfica e Econômica – IBGE, no ano de 1980, a população do município de Assu já era de 34 mil habitantes. Esse senso mostrava um acréscimo considerável em relação do realizado no ano de 1970.⁶⁹

Uma das causas desse crescimento dava-se pela oferta de emprego na região causada pela construção da barragem. O setor da atividade agrícola começava a se instalar no município em decorrência da perenização do rio Assu. Isso tudo em consequência da construção da barragem. A quantidade de 2,4 bilhões de m³ de água reservados na represa era uma garantia para a agricultura irrigada.

As empresas que passam a dominar o ramo da agricultura no município assuense, Agro Knoll e Frunorte, demandarão grandes quantidades de mão-de-obra na atividade da fruticultura. A fruticultura irrigada torna-se um setor dinâmico no município, gerando uma grande quantidade de empregos nessa atividade.

⁶⁸ GALVÃO, Maria Luzia Medeiros. Geografia: Rio Grande do Norte; Edição do Autor, 2005. 134 p.

⁶⁹ Tribuna do Norte, Natal, 25 de nov. 1980

As empresas que passam a dominar o ramo da agricultura no município assuense, Agro Knoll e Frunorte, demandarão grandes quantidades de mão-de-obra na atividade da fruticultura. A fruticultura irrigada torna-se um setor dinâmico no município, gerando uma grande quantidade de empregos nessa atividade.

Essas empresas conseguiram se estabelecer no município, adquirindo terras férteis as margens do rio, em vários municípios, incluindo-se Assu. As empresas Agro Knoll e Frunorte chegavam a empregar uma leva de trabalhadores temporários e efetivos nas mais diversas funções ligadas diretamente as culturas agrícolas do melão, da uva, da manga, essas as de maior destaque na atividade agrícola. São coletadores de frutas, plantadores, tratoristas, embaladores, irrigadores, técnicos e engenheiros agrícolas que vêem a oportunidade de emprego numa atividade em larga expansão: a fruticultura.

A própria pavimentação com asfalto da RN-016¹ que liga os dois municípios – Assu e Carnaubais, será feita no início dos anos oitenta, facilitaria o escoamento de produtos advindos da fruticultura irrigada, desenvolvida em função da garantia de água do rio Assu, pelo fato da construção da barragem ter perenizado suas águas.

Os investimentos feitos na fruticultura por essas empresas eram altos, pois demandavam um produto que fosse de qualidade para atender aos mercados internacionais dos Estados Unidos da América e da Europa. A sede do município, devido ao fomento da fruticultura, o comércio e a atividade bancária irão também se desenvolver. Basta-se dizer que vários bancos se instalam na cidade. O Banco do Brasil já se fazia presente na cidade desde a década de 1970.

Do outro lado em Ipanguassu, tinha na fazenda FINOBRASA o desenvolvimento da cultura do algodão herbáceo, que demandava um grande

contingente de mão-de-obra do município assuense. Essa empresa atendia a cotonifícios natalenses, com a produção algodoeira do vizinho município de Assu, supracitado.

Paralelamente a construção da barragem, BNB, Banorte que ainda na década de 1980 deixa a cidade – no mesmo local é inaugurado o Bandern –, Caixa Econômica Federal, surgem na cidade dinamizando esse setor da economia municipal. Os créditos agrícolas irão ser

O fenômeno causado pela construção da barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves trouxe para Assu o “progresso”. Foi esse “progresso” que minimizou o medo das águas do rio Açu e da própria barragem. A população cresceu à medida que outras pessoas de outras regiões do Vale e, até de outros estados resolvem estabelecer-se no município, devido estarem ligados à construção da represa – trabalhadores, empresas, comércios.

CONCLUSÃO

Procuramos identificar ao longo desta pesquisa as mudanças ocorridas na cidade de Assu a partir da construção da barragem. Discutimos especificamente o medo causado na população pela construção da barragem. Mostramos as vozes defensoras e aquelas que se posicionavam contrárias. Caracterizamos as preocupações ambientais e as possibilidades de uma possível tragédia com o seu arrombamento.

A preocupação em resolver os problemas da seca e, ao mesmo tempo, evitar as enchentes na região do rio favoreceu a construção da barragem. Todavia, durante a construção da barragem foram divulgadas notícias de que havia constatação de falhas técnicas e na execução da construção. Contudo, a celeuma das informações que chegavam ao público criavam ansiedade e medo em função dos desastres que poderiam levar a cidade a ter o destino fadado da antiga São Rafael.

As fontes comprovam que a sociedade atônita queria respostas. Os elementos que compoñham os noticiosos “formavam” ou corroboravam as opiniões populares. Evidentemente, queria-se o desenvolvimento regional, e em especial do Assu, contudo, poderia os “pilares” da barragem apaziguar o medo dos incrédulos? Analisar o medo nessas informações levam-nos a crer que o desenvolvimento do município assuense poderia levar os seus moradores a escolher um outro destino que não a convivência com a represa e os seus fins para que suas águas estavam destinadas.

Finalmente o que podemos ver é que entre o medo da população e a construção da barragem, havia um desenvolvimento da cidade – não interessando a quem mais beneficiou esse fato – tanto durante, quanto após a sua conclusão. Emissora de rádio, bancos privados e públicos, casas comerciais, conjuntos habitacionais, empresas agrícolas, indústria

ceramista, crescia, concomitantemente ao dilema entre o medo daqueles desfavoráveis ao projeto e aqueles de defendiam com a salvação para o município.

Havia o medo, como já podemos constatar. Porém cresce a cidade. Se houve migração, foi dentro do próprio município que esta se realiza. As atividades comerciais e sócias se desenvolvem na cidade. Seria necessário que o seu espaço se alargasse. Assu, assistiu ao alargamento de suas fronteiras sociais, urbanísticas, políticas, econômicas. Há entre o medo e a euforia “exagerada” um Assu modificado.

Esse Assu “diferente” – podemos assim dizer – é germinado, em certo sentido, dessa relação maniqueísta do que representa a represa para a população de toda a sua cidade. Se mal poderia causar aos seus moradores, trouxe benefícios que se estenderam por todos os cantos da cidade.

Assu passa a ser visto de forma diferente na geografia do Estado potiguar. A barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves se encarrega de desenhar esse novo panorama – mesmo que não seja na sua totalidade, é dela que emana essa transformação nos aspectos antes mencionados.

Se a barragem provocava temores nos assuenses, contudo levaram-nos a outros caminhos. Assu cresce e consigo, sua geografia, sua economia, sua densidade demográfica, sua caracterização urbanística. É esse Assu que se constrói na desconfiança das águas da barragem.

Dentro dessa turbulência podemos ver então, tanto durante depois, as tranformações ocorridas em Assu e em sua sociedade em decorrência da instalação da Barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves – ressalvando que as águas da barragem levaram essas mudanças a uma parte (se não ao todo) do Vale encravado no semi-árido do Rio Grande do Norte.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

FONTES IMPRESSAS

A REPÚBLICA, Natal, 1983.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 1981-1985.

TRIBUNA DO NORTE, Natal, 1981-1985.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1983.

O POTI. Natal, 1983

Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana: Sao Paulo: Cortez, 1999. Cap. I. p. 40.

ARANHA, Teresa de Queiroz. (Org.). *Economia das secas: 70 artigos proferidos por Eloy de Souza, no jornal A Ordem, agosto de 1951 a julho de 1952*. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1986. p. 90-92.

_____. *Repercussões do Projeto Baixo Açu na Economia do RN*. Natal: UFRN. 1983. (Conferência e Debate) mimeografado.

_____. *Projeto Baixo Açu: desenvolvimento para quem?* Natal, 1982, mimeografado.

BEZERRA, Maria Mariza. *A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves: sua repercussão social para os moradores ribeirinhos do Baixo Assu/RN*, 1995. Monografia (graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. Unesp. 2002. cap. 3, p. 129-143.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade citiada*. Jean Delumeau. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERNANDES, Ana Amélia. *Autoritarismo e resistência no Baixo Açu*. Natal: CCHLA 1992. (Coleção Humanas Letras e Coleção Vale do Açu).

GALVÃO, Maria Luiza Medeiros. *Geografia*: Rio Grande do Norte: Edições do autor, 2005. p. 134.

MELO, Manuel Rodrigues de. *Várzea do Açu: paisagens tipos e costumes do Vale do Açu*. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1979.

MONTENEGRO, Maria Eugenia Maceira. *Lembranças e tradições do Açu*. Natal: Fundação José Augusto, 1978.

ROSADO, Vinght-un; ROSADO, América. *12º livro das secas*. Natal: UFRN/Editora Universitária, 1985. Coleção Mossoroense.

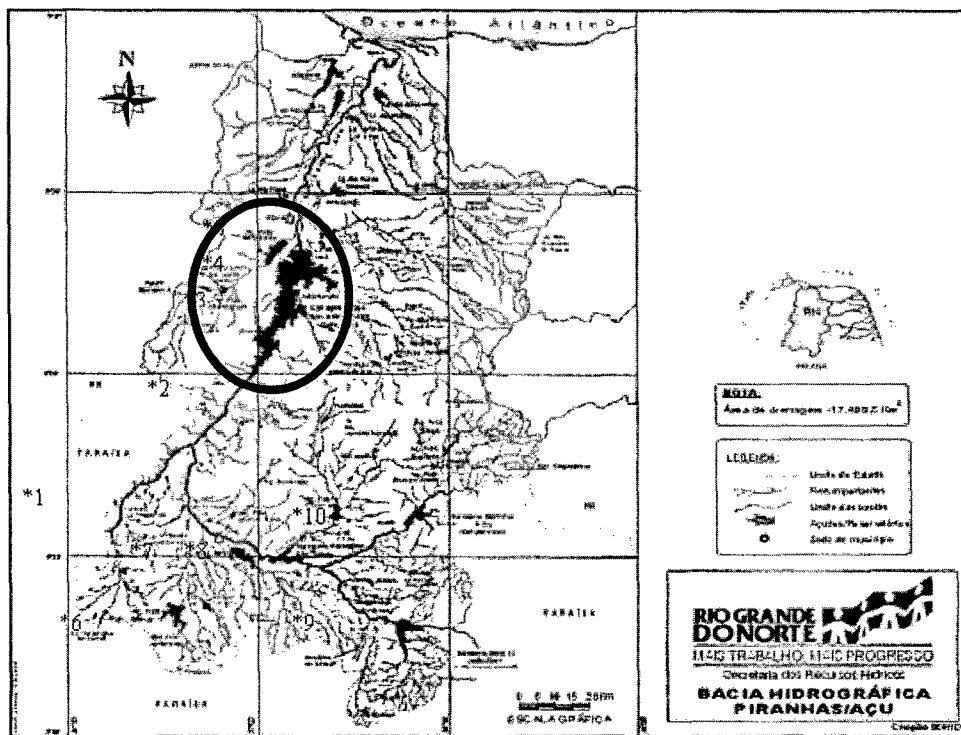
VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

ANEXOS

ANEXO 1

Mapa da região do Vale do Assu e a hidrografia do Rio Açu e da Barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves.

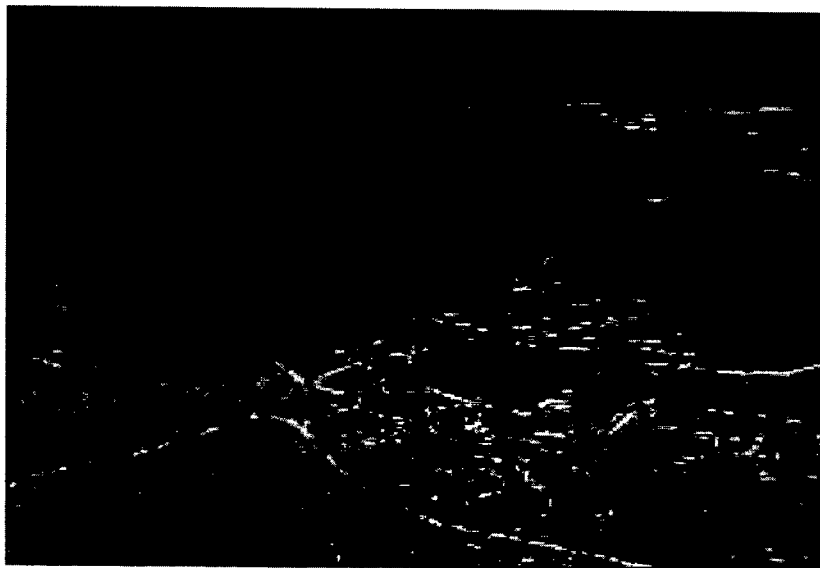
O rio Piranhas-Assu nasce na Serra do Bongá, na Paraíba, com o nome de rio Piranhas, recebe as águas dos rios Paraíba e do Peixe e entra no Rio Grande do Norte pelo município de Jardim de Piranhas, passando a receber as águas de todos os rios que formam a bacia hidrográfica da região do Seridó. O rio Piranhas-Assu é o mais importante do estado do RN. Represado pela barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, passou a formar um grande lago, que, através de adutoras, abastece de água várias cidades desse Estado, além de irrigar a área de cultivo de frutas tropicais, principalmente o melão. Com a vazão (sangria) da Barragem, o rio continua o seu curso, agora com o nome de Piranhas-Assu, indo desaguar no oceano Atlântico, nas imediações da cidade de Macau.



Mapa da área de estudo indicando os ambientes estudados. 1= Rio Piranhas-Assu/Jardim de Piranhas; 2=Rio Piranhas-Assu/Jucurutu; 3= Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (São Rafael); Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (Assu); 5= Rio Assu; 6= Açude Sabugi/ São João do Sabugi; 7= Açude Itans/Caicó; 8= Açude Passagem das Trairas/Jardim do seridó; 9= Açude Boqueirão/Parelhas; 10 = Gargalheiras/Acari.
Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos (SHERID/RN).

ANEXO 2

Foto 1
Barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves



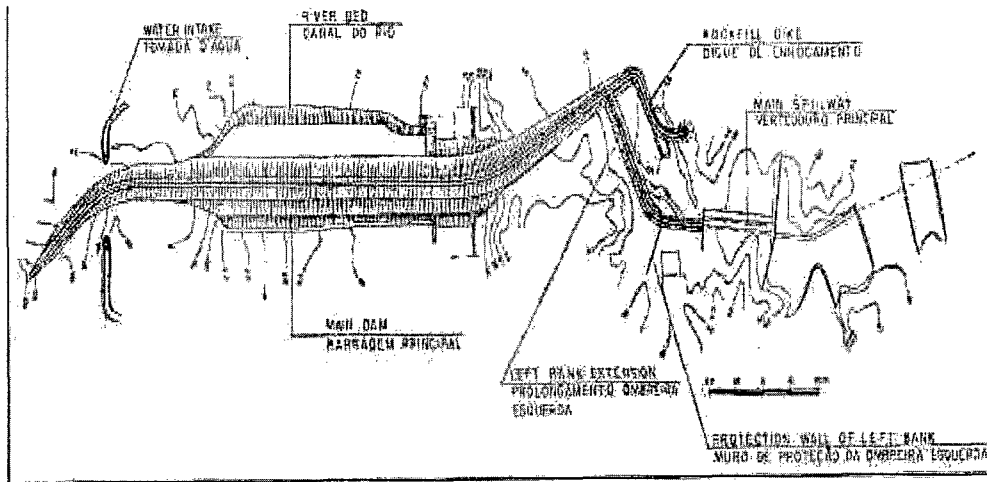
Lago que se formou com as águas da Barragem.

Foto 2



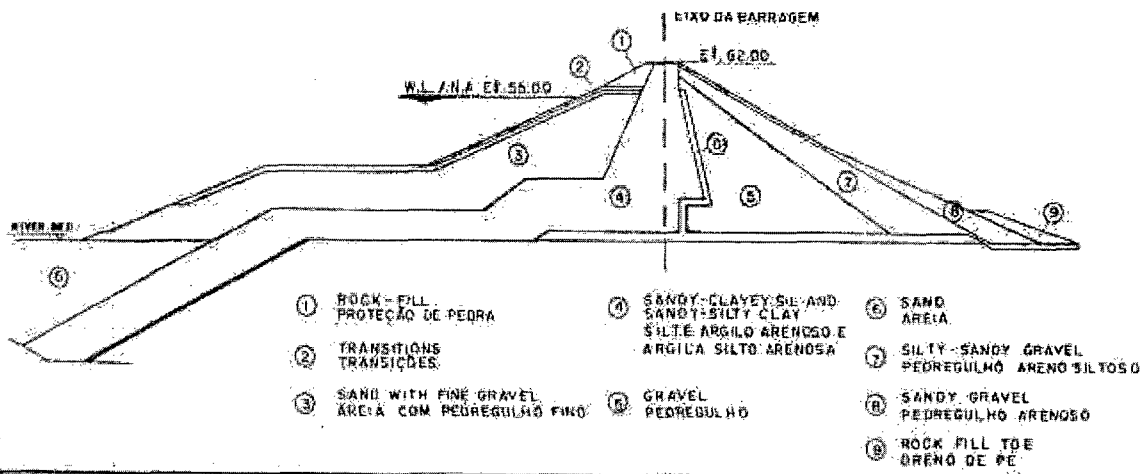
Comportas de água que medem a vazão do reservatório.

Figura 3
Planta Baixa da Barragem Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves



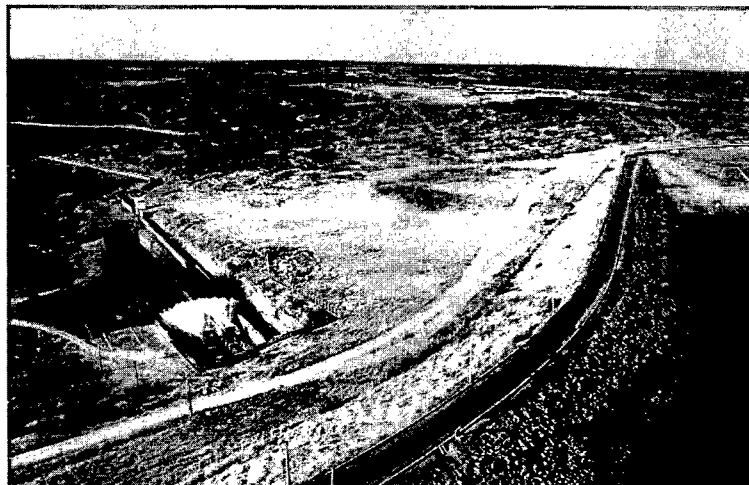
Arranjo geral da Barragem.

Figura 4



Seção original.

Foto 5



CONSTRUÇÃO

A construção da barragem foi iniciada em 1979 pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. Em dezembro de 1981 houve o acidente relatado no item Arranjo Geral, resultante do escorregamento do talude de montante. O projeto foi refeito e a construção continuada em ritmo acelerado até a sua conclusão em 1983.

Foto 6 – Aspectos urbanos da cidade do Assu



Vista aérea da Igreja Matriz de São João Batista e da Praça São João Batista e áreas do seu entorno, no centro da cidade, que sofriam com as enchentes do Rio Açu.

(Antiga Praça Getúlio Vargas)

Foto 7



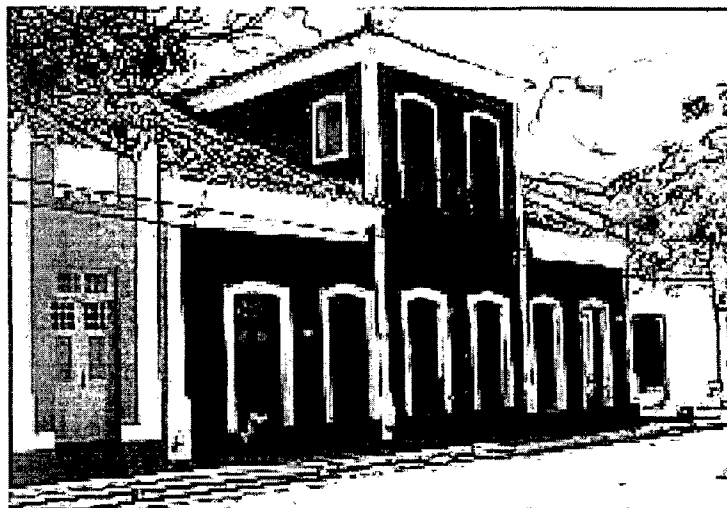
Igreja Matriz de São João Batista.

Foto 8



Antigo Cine Teatro Pedro Amorim – Seu lance de escadas e a calçadas eram “banhadas” pelas enchentes do Rio Açu. Localiza-se atrás da Igreja Matriz de São João Batista.

Foto 9



Casa onde nasceu o poeta Francisco Augusto Caldas de Amorim, o Chisquito, que também foi prefeito da cidade. Localizada no ao lado da Igreja Matriz de São João Batista. As ruas por trás sofriam com as inundações do Rio Açu.

Registros fotográficos disponíveis nos sites:

www.prefeituradoassu.com.br

http://www.radioprincesadovale.com.br/index.php?ID_PG=historico

<http://www.uern.br/admin/admin.asp?menu=apres>

ANEXO 3

A REPÚBLICA, Natal, 1, mar. 1983.

Prefeito do Açú visita barragem e vê segurança

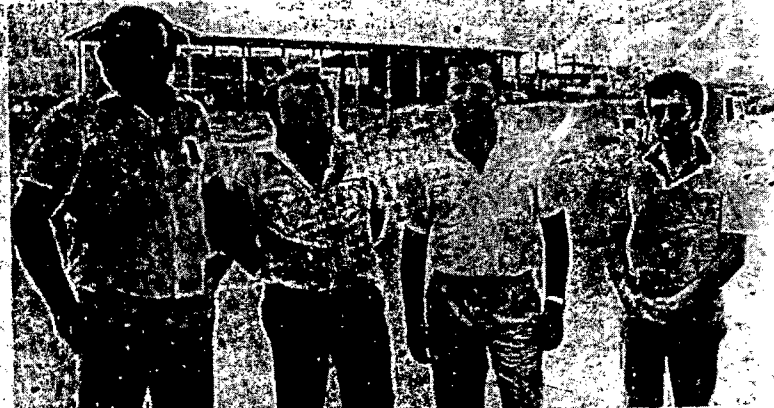
Acompanhado de seu secretário de Obras, engenheiro Sândi Martins, do funcionário da Prefeitura Francisco Pinheiro e do engenheiro sanitário Cícero Fernandes Neto, o prefeito do Açú, Ronaldo Soares, esteve, quarta-feira passada, visitando as obras da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, onde ele tem ido com frequência, sempre interessado nas repercussões econômicas e sociais do Projeto Bafro-Açú.

O engenheiro Cícero Fernandes Neto, diretor de Operações da Companhia de Serviços Urbanos, que 4 de Natal é, esteve em açú a convite do prefeito Ronaldo Soares, para estudar a melhoria do sistema sanitário da cidade, ficou entusiasmado com a obra, depois de percorrer as diversas frentes de serviço e de analisar com interesse os detalhes técnico que fazem esta Barragem ser a mais importante obra de engenharia em construção no Nordeste.

BENEFÍCIOS

Os visitantes tiveram oportunidade de ver a pesca como um benefício imediato da Barragem. Em toda a extensão do lago que está sendo formado, que corresponde atualmente a 6 por cento da capacidade total do reservatório, de 2,4 bilhões de metros cúbicos, cerca de 300 pescadores já estão empenhados na pesca do tucunaré, trapa, carangá, plau e pescada, além do camarão.

Também através da própria construção da obra os benefícios são marcantes para a comunidade do Vale do Açú. Aproximadamente 400 pessoas da região estão trabalhando na Construtora Andrade Gutierrez, encarregada da execução da obra, recebendo preparo técnico funções especializadas como operadores,



ajudantes de máquina e mecânica. Outros 360 empregos, indiretos, são ocupados na construção da Barragem por carreteiros, mecânicos e botacheiros. Ao lado disso, nos últimos anos, as cidades do Vale do Açú têm experimentado grande desenvolvimento, aumentando o número de estabelecimentos comerciais e bancários, entre outros setores, tendo em vista a chegada maciça de novos moradores e a renda gerada com os novos empregos.

Com o aproveitamento da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves em toda a sua potencialidade, o Projeto Bafro-Açú deverá produzir mais de 300 mil toneladas de produtos agrícolas irrigados, mais 33 milhões de litros de

leite, e perto de 14 mil cabeças de gado, sendo 60% para abate e 40% reprodução. Ao todo, estima-se que o Projeto venha criar uns 10 mil empregos diretos permanentes.

SEGURANÇA

Durante o período de construção da obra foi colocado no interior do maciço um conjunto de instrumentos para verificação do comportamento da Barragem sob a ação das cargas previstas em Projeto.

As leituras destes instrumentos serão acompanhadas por técnico tanto na fase de construção quanto após a conclusão o da barragem.

Vereador tem denúncia à barragem do Açú

A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açú, voltou a ser foco de críticas na voz do vereador Adauto Legítimo Barbosa (PDS) do município do Açú, que compareceu à redação de Tribuna do Norte para pedir a restauração daquela obra. Segundo ele, "o paredão da montante está cedendo e à jasanté e coroamento do asfalto está se abrindo".

Munido de fotografias que revelam, ao seu ver, a situação, o pedessista revela que o erro inicial da construção diz respeito à sua localização em cima do que os geólogos denominam de "falha de Patoxós". Ciente deste fato, já providenciou correspondência para a presidência da República e Ministério da Marinha:

— A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves atinge hoje 1 bilhão e 500 milhões de metros cúbicos e com o surgimento d'água do lado oposto do manancial, como também ombaixo da Ponta Felipe Guerra, construída em 1952, onde corre o leito normal do Rio Piranhas, a segurança da obra está comprometida, a qual já existe um deslizamento por dentro da mesma.

Segundo disse vereador, se nada for feito sua previsão é que até junho a barragem desmorone, como já está ocorrendo com a parte do maciço central. Ressalta que sua denúncia não tem fins políticos e tudo que espera é mobilizar uma comissão de engenheiros para analisar o problema. "Se assim não podermos salvar o povo do Vale, já que quanto ao Vale nada mais se pode fazer".

Montenegro expressa temor com Baixo-Açu

O deputado Montenegro Neto (PMDB) externou na Assembleia Legislativa a sua preocupação com relação ao vazamento apresentado na parede da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, no vale do Açu. Segundo Montenegro Neto que visitou pessoalmente a barragem, "esse vazamento está causando grande apreensão às mais de 200 mil pessoas que residem abaixo da represa.

O parlamentar peemedebista disse ainda que teve a oportunidade de presenciar o trabalho que está sendo realizado por uma bomba de sucção que está bombeando 120 mil litros d'água por hora". Montenegro discordou que o vazamento seja provocado

pelo acúmulo de água no filtro instalado no meio da parede.

Dois deputados do PDS prestaram solidariedade ao parlamentar do PMDB. O primeiro foi Willy Saldanha que afirmou: "desde o início da construção que tenho as minhas dúvidas porque ao invés de fazerem uma barragem de cimento armado como é o açude de Gargalheiras, optaram pelo aterro barragem".

Já Kleber Bezerra achou importante que "neste momento fixemos responsabilidades e sugeriu que a Assembleia Legislativa envie telex ao DNOCS exigindo explicações a respeito do vazamento surgido na parede da barragem.

Barragem está firme. É o que garante a Comirga

O coordenador da Comissão Especial de Projetos de Irrigação do Estado, (Comirga), engenheiro Clóvis Gonçalves, afirmou ontem que a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, construída pela Andrade Gutierrez, no Vale do Açu, não representa qualquer perigo à população da área. Ele confirmou as declarações dadas pelo presidente da Comissão de Fiscalização da obra, engenheiro José Mário Borba Gomes de Melo, lembrando que o escoamento d'água, verificado no sopé da Barragem, é normal, e que estava previsto no projeto inicial.

Tecnicamente, o escoamento é apenas um alívio do dreno interceptor, ou seja, o filtro implantado no núcleo da Barragem, com quatro metros de largura e que foi todo executado em areia, de acordo com as especificações do projeto. Durante a construção da Armando Ribeiro Gonçalves foram jogados no filtro cerca de 200 mil metros cúbicos de água, que durante mais algum tempo continuarão sendo drenados até o final da compactação e adensamento da areia.

O escoamento d'água apenas comprova o perfeito funcionamento do filtro e o perigo, esclareceu Clóvis Gonçalves, seria a ausência da drenagem. Ele deixou claro, também, que a presença do caminhão pipa no sopé da Barragem faz parte apenas das experiências previstas pelo projeto. Auxiliado pelo próprio José Mário Borba e pelo Chefe do Serviço de Obras, Waldeci Oswaldo da Rocha, Clóvis Gonçalves frisou que a Barragem encontra-se sob controle e que os seus instrumentos são precisos e tão sensíveis quanto um marcapasso.

Um engenheiro e três técnicos dão plantação permanente no local e, uma vez por mês, realizam relatórios das leituras diárias e além de gráficos sobre a situação da Barragem, que acumula, atualmente, apenas 10% de sua capacidade de armazenamento que é de 2,4 bilhões de metros cúbicos d'água. Clóvis lamentou, ainda, as denúncias "sensacionalistas", lamentando que nenhum dos denunciantes procura o DNOCS, com antecipação, para tomar



Clóvis: tudo tranquilo

conhecimento de detalhes técnicos da obra. Ele confirmou a existência da "falha de Pataxós", mas assegurou que não há qualquer comprometimento da estrutura da Barragem, até porque a falha geológica encontra-se a cerca de três quilômetros ao norte da construção. Clóvis lembrou, ainda, que o desnível foi detectado ainda nos estudos geológicos, não havendo, portanto, razões para temor.

Na opinião dos engenheiros da Comirga, denúncias idênticas já foram feitas contra o açude Pataxós, construído no Vale do Açu, e a situação apenas foi contornada depois que o reservatório sangrou. Eles acreditam que a síndrome, no caso da Armando Ribeiro Gonçalves, somente vai terminar quando a Barragem sangrar, o que deve ocorrer no final do ciclo da seca, ou seja dentro de mais dois anos.